



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 001/ 2018

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL - IPHAN E MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DA BAHIA, PARA AÇÕES DE
PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANO,
ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DE IGATU,
NO MUNICÍPIO DE ANDARAÍ, ESTADO DA BAHIA.

O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, criado pelas Leis nº 8.029 e 8.113, respectivamente de 12 de abril e de 12 de dezembro, ambas de 1990, com sede em Brasília, DF, situado no SEPS Quadra 713/913, Lote D, 2º Andar, Brasília/DF, CEP 70.290- 135, inscrito no CNPJ/MF sob o número 26.474.056/0001-7, a seguir denominado IPHAN, representado, nos termos do art. 26, inciso I do Decreto n.º 9.238/2017, pela sua Presidenta Kátia Santos Bogéa, [REDACTED] e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA doravante denominada MPE, inscrito no CNPJ/MF nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004, representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, Ediene Santos Lousado, [REDACTED] resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, documento este constante do processo administrativo nº 01450.007564/2017-94, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto **salvaguardar e preservar os valores culturais e patrimoniais do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Igatu, expressões e suas manifestações coletivas com as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

O objeto do presente Acordo será cumprido mediante a realização de ações, buscando-se:

- I. Elaborar o Plano de Conservação do Conjunto Urbano Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Igatu, de forma participativa com os agentes públicos e sociedade civil;
- II. Elaborar diretrizes para uso e ocupação do solo do distrito de Igatu;
- III. Elaborar parâmetros construtivos para o distrito de Igatu;
- IV. Estabelecer condições para implementação, monitoramento e avaliação do Plano de Conservação do Conjunto Urbano Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Igatu, em um processo construído coletivamente e com vistas à sustentabilidade e autonomia dos agentes locais para conservação permanente do sítio;
- V. Valorizar os mestres detentores dos saberes relacionados aos sistemas e técnicas construtivas tradicionais, incluindo-os no processo de conservação do sítio, buscando medidas que respeitem os valores ambientais, culturais e sociais contemporâneos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES MÚTUAS

Para a efetiva implementação do presente Acordo, os partícipes se comprometem a acompanhar e analisar, com vistas à aprovação conjunta dos produtos resultantes das atividades a serem desenvolvidas pelo MPE, constantes no plano de trabalho anexo a este acordo.

SUBCLÁUSULA-SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO IPHAN

I - Compete ao IPHAN:

- a) viabilizar a implantação do Canteiro Modelo de Conservação, através de instrumento de parceria com organização da sociedade civil, com vistas ao desenvolvimento de ações de salvaguarda e conservação do Patrimônio Cultural de Igatu/BA do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Igatu/BA;
- b) Reservar espaço, quando possível, em seus veículos de informação, para a divulgação do presente Instrumento;
- c) Informar a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o cumprimento das suas obrigações.



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MPE

II – Compete ao MPE:

a) adotar medidas e acompanhar as atividades necessárias à consecução do Plano de Conservação da área protegida do distrito de Igatu, município de Andaraí, dentro dos padrões e normas técnicas aplicáveis às etapas constantes do Plano de Trabalho, a saber:

1. (Re) conhecimento dos valores atribuídos ao sítio na situação atual;
2. Diagnóstico;
3. Definição de estratégias de conservação;
4. Manual de conservação e manutenção.

b) Reservar espaço, quando possível, em seus veículos de informação, para a divulgação do presente Instrumento;

c) Informar a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o cumprimento das suas obrigações.

CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

O objeto, desenvolvimento, metas, etapas e cronograma para a execução dos trabalhos discriminados encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho (anexo I), que faz parte integrante deste instrumento, para todos os fins e efeitos jurídicos, aprovado pelos partícipes.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO ACORDO

O Acordo de Cooperação Técnica terá vigência de **24 meses**, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, desde que haja interesse dos partícipes, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666 / 1993.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Durante sua vigência, este ACORDO poderá ser alterado por comum acordo, no todo ou em parte, exceto quanto à natureza de seu objeto, mediante celebração de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO ÚNICO. É vedada a inclusão posterior de metas que não tenham relação com o objeto inicialmente pactuado.



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Acordo poderá ser denunciado durante sua vigência pela superveniência de norma legal ou fato que o torne unilateral ou bilateralmente inexecutável, pelo descumprimento de obrigação pactuada ou, por comum acordo entre os partícipes, à iniciativa de qualquer deles.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso este acordo venha a ser denunciado ou rescindido, os partícipes firmarão Termo de Encerramento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A eventual denúncia deste ACORDO não prejudicará a execução dos serviços, programas ou cooperação que tenham sido instituídos mediante ajuste próprio, devendo as atividades serem desenvolvidas normalmente até o final, nos termos estabelecidos no presente ACORDO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para a hipótese de denúncia unilateral, fica convencionada a obrigatoriedade de comunicação expressa ao outro partícipe, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução e a fiscalização do presente ACORDO por parte do IPHAN caberá aos servidores Matheus Pessoa Xavier da Silva - matrícula SIAPE 2316207 – Titular, e Sayonara Pereira Trindade Pinto - matrícula SIAPE 224326 – Substituta, sob supervisão e gestão do servidor Paulo Henrique Farsette – matrícula 2488466 e, por parte do MPE a servidora Rousyana Gomes de Araújo, matrícula nº352347.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os responsáveis designados terão poderes para praticar quaisquer atos necessários à fiel execução do ACORDO, dando ciência à autoridade administrativa competente das providências adotadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As ações que venham a se desenvolver em decorrência deste ACORDO que requeiram formalização jurídica para sua implementação terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução, responsabilidades financeiras e demais requisitos definidos em instrumento legal pertinente acordado entre os partícipes.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este acordo não contempla o repasse de recursos financeiros entre os partícipes, devendo cada um deles arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O custeio das despesas inerentes às atividades eventualmente pactuadas entre os partícipes correrá por conta das dotações orçamentárias de cada um deles, sem haver indenização de um ou de outro e sem transferência de recursos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de ocorrência de despesas, os procedimentos deverão ser consignados em instrumentos específicos, os quais obedecerão às condições previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DIVULGAÇÃO DA MARCA E DA AÇÃO PROMOCIONAL

A divulgação dos atos praticados em razão deste Acordo deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação da informação e conhecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os partícipes obrigam-se a submeter previamente, por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria, técnica ou científica, decorrente da execução deste Acordo, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos, etc.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderão ser utilizados por um partícipe com a prévia e expressa autorização um do outro.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica vedada aos partícipes a utilização de nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, na forma prevista pelo § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União será providenciada pelo IPHAN até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum entendimento pelos partícipes, ouvidos os responsáveis pela execução e fiscalização do presente ACORDO, observado o quanto disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ser firmados, se necessários, termos aditivos que farão parte integrante deste instrumento.



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONTROVÉRSIAS

Fica estabelecido que eventuais controvérsias decorrentes da execução deste Acordo sejam submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, nos termos do art. 18 do Anexo I do Decreto Federal nº 7.932, de 13 de dezembro de 2010.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Bahia, será competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Acordo, que administrativamente não forem resolvidas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 3 (três) vias, de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 14 de novembro de 2018.

Kátia Santos Bogéa
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Presidenta

Ediene Santos Lousado
Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradora-Geral de Justiça

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

Nome:

2ª Testemunha:

Nome:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, nos termos da Instrução Normativa - TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.

Pronac: 059557
Projeto: Projeto Fala, Zé - Turnê Sul e Sudeste
Proponente: Camila Paola Mosquella
CPF: 093.887.417-90
Valor Captado: R\$ 299.400,00
Valor da Reprovação nominal: R\$ 69.442,74

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao disposto no art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na forma determinada no art. 26, § 4º, do mesmo diploma legal, faz saber a todos quantos virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica(m) notificado(s) o(s) proponente(s) Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda., CNPJ 07.481.398/0001-74, para, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da publicação desta notificação, manifestar-se sobre o Pronac 09-2892, projeto Alvorada Instrumental Brasileira, reprovado por descumprimento do objeto, no valor nominal de R\$ 1.247.640,00, que atualizado pelo Sistema de Atualização de Débitos do Tribunal de Contas da União, para fins de encaminhamento à tomada de contas especial ou inscrição no Cadin no caso de débito inferior ao valor de alçada para tomada de contas especial, perfaz o montante de R\$ 2.462.993,26 (dois milhões quatrocentos e sessenta e dois mil novecentos e noventa e três reais e centavos). Todavia, caso o proponente faça a opção por quitar o débito pela via administrativa no âmbito do Ministério da Cultura, o valor atualizado segundo a Instrução Normativa MinC nº 5/2017, conforme artigos 54 e 56, com a possibilidade de parcelamento em até 60 parcelas, é R\$ 1.924.675,96, nos seguintes contatos: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, Coordenação-Geral de Avaliação de Resultados, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 1º andar, CEP 70.068-900, Brasília-DF. E-mail: prestacaodecontas.incentivo@cultura.gov.br. Telefones: (61) 2024-2090 ou 2024-2128.

Caso não haja manifestação sobre o recolhimento do valor impugnado aos cofres públicos no prazo supracitado, será instaurada Tomada de Contas Especial na forma do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro 2012, conforme determina o art. 8º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Ademais, o proponente e demais responsáveis poderão ser inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme dispõe o parágrafo 2º do art. 2º da Lei 10.522/2002 e os incisos I e III do art. 15 da IN/TCU nº 71/2012.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 01504.001288/2014-35 - Termo Aditivo nº 004/2019 ao Termo de Compromisso PAC CH Nº 409 - COMPROMISSÁRIO: Fundação De Cultura E Arte AperiDe De Sergipe - FUNCAP/SE - CNPJ nº 13.128.798/0015-07. INTERVENIENTE: Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP - CNPJ nº 15.609.787/0001-6; Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Compromisso para contratação de obra para restauração do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão. Da Prorrogação: O prazo de vigência do presente Termo Aditivo será de 360 dias, a contar de 26/01/2019 a 20/01/2020. Data e Assinatura: 21/01/2019 - da Diretora-Presidente da Fundação da Cultura e Arte AperiDe de Sergipe - FUNCAP, Senhora Maria Conceição Vieira Santos e pelo Diretor Presidente da CEHOP, Senhor Caetano de Almeida Quaranta Filho.

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica, nº do Processo nº 01450.007564/2017-94, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, CNPJ/MF nº 26.474.056/0001-71, Ministério Público do Estado da Bahia - MPE, CNPJ/MF nº 04.142.491/0001-66. Objeto: a cooperação técnica, tem por objeto salvaguardar e preservar os valores culturais e patrimoniais do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de ligação, expressões e suas manifestações coletivas com as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura. Data da assinatura: 14 de novembro de 2018. Assinaturas: IPHAN: Kátia Santos Boguea, CPF nº 215.422.953-00, Presidente do IPHAN; MPE: Ediene Santos Lousado, CPF nº 410.571.805-30, Procuradora-Geral de Justiça.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

PARTES: UNIÃO e TV CIDADE DOS PRÍNCIPES LTDA.

ESPÉCIE: Termo aditivo ao contrato de concessão para transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de JOINVILLE, Estado de SANTA CATARINA.

VIGÊNCIA: Vinculada ao prazo de vigência da concessão do canal analógico outorgado para a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

DATA DE ASSINATURA: 8 de Novembro de 2018. GILBERTO KASSAB - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e MARCELLO CORRÊA PETRELLI, Representante Legal da TV CIDADE DOS PRÍNCIPES LTDA.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2019 - UASG 203001

Nº Processo: 01350001910201830.

INEXIGIBILIDADE Nº 2/2019. Contratante: AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB-CNPJ Contratado: 04196645000100. Contratado: IMPRENSA NACIONAL - Objeto: Publicação no Diário Oficial da União dos atos oficiais e demais matérias de interesse contratante. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: a partir de 23/01/2019, com data final indeterminada, conforme Orientação Normativa AGU nº 36, de 13/12/2011. Valor Total: R\$54.000,00. Fonte: 100000000 - 2019NE800007. Data de Assinatura: 23/01/2019.

(SICON - 25/01/2019) 203001-20402-2018NE800050

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2019 - UASG 413001

Número do Contrato: 1/2017.

Nº Processo: 53500068046201716.

PREGÃO SISPP Nº 18/2016. Contratante: AGENCIA NACIONAL DE -TELECOMUNICACOES. CNPJ Contratado: 38056404000170. Contratado: IOS INFORMATICA, ORGANIZACAO E - SISTEMAS LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 001/2017-Anatel, pelo período de 20 meses, de 27/01/2019 a 26/09/2020. Fundamento Legal: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Parecer Referencial nº 47/2018/PFE-ANATEL/PGF/AGU. Vigência: 27/01/2019 a 26/09/2020. Valor Total: R\$1.019.633,75. Fonte: 178412310 - 2019NE800059. Fonte: 178412310 - 2019NE800060. Data de Assinatura: 25/01/2019.

(SICON - 25/01/2019) 413001-41231-2019NE800060

CONSELHO DIRETOR

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 155 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, torna público os procedimentos referentes às Audiências Públicas destinadas a possibilitar à sociedade, de forma transparente e democrática, o direito de manifestação sobre os documentos objeto da Consulta Pública nº 53, de 26 de dezembro de 2018, que trata da proposta de proposta de Regulamento de Fiscalização Regulatória, conforme consta do processo nº 53500.205186/2015-10.

Datas e horários:

Salvador - BA

Local: Gerência Regional da Anatel na Bahia - Rua Alceu Amoroso Lima, nº 822,

Pituba - Salvador - BA

Data: 12 de fevereiro de 2019.

Horário: das 9h30 às 12h00.

São Paulo - SP

Local: Gerência Regional da Anatel em São Paulo - Rua Vergueiro, nº 3.073, Vila

Mariana - São Paulo - SP

Data: 19 de fevereiro de 2019.

Horário: das 9h30 às 12h00.

Porto Alegre - RS

Local: Gerência Regional da Anatel no Rio Grande do Sul - Av. Princesa Isabel,

nº 778, Santana - Porto Alegre - RS

Data: 27 de fevereiro de 2019.

Horário: das 9h30 às 12h00.

Manaus - AM

Local: Gerência Regional da Anatel no Amazonas - Edifício The Office, Av. Mario

Ypiranga, nº 315, Bairro Adriaópolis - Manaus - AM

Data: 13 de março de 2019.

Horário: das 14h30 às 17h00.

Brasília - DF

Local: Anatel Sede - Miniáuditório, SAUS Quadra 6, Bloco E, 2º andar - Brasília

- DF

Data: 20 de março de 2019.

Horário: das 9h30 às 12h00.

O texto completo do Anexo a este Aviso de Audiência Pública e a documentação relativa ao objeto das Audiências Públicas estarão disponíveis na Biblioteca da Anatel, no endereço apresentado a seguir, e na página da Anatel na Internet, endereço <http://www.anatel.gov.br>, a partir das 14 horas da data de publicação deste Aviso no Diário Oficial da União.

SAUS Quadra 6, Bloco "F", Térreo - Biblioteca

CEP: 70.070-940 - Brasília - DF

Fax: (61) 2312-2002

Telefone: 1331

Endereço de e-mail: biblioteca@anatel.gov.br

NILÓ PASQUALI

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2019

Nº Processo: 53532.000434/2018-03. Pregão nº 01/2019. Contratante: Gerência Regional da Anatel nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas - GR06. Contratado: Ônix Transporte de Cargas Eireli. CNPJ: 18.856.317/0001-90. Objeto: Serviço de transporte, através do fornecimento de veículos com motoristas em regime de dedicação exclusiva para a Gerência Regional nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas - GR06. Fundamento Legal: Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, IN nº 05/2017 e Decreto nº 2.271/97. Vigência: 25/01/2019 a 24/01/2020. Valor total: R\$ 298.626,53. Nota de Empenho: 2019NE000018, de 21/01/2019. Data de assinatura: 25/01/2019.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2019

Nº Processo: 53532.000434/2018-03. Pregão nº 01/2019. Contratante: Gerência Regional da Anatel nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas - GR06. Contratado: Ônix Transporte de Cargas Eireli. CNPJ: 18.856.317/0001-90. Objeto: Serviço de transporte, através do fornecimento de veículos com motoristas em regime de dedicação exclusiva para a Unidade Operacional da Anatel no Estado de Alagoas - UO6.1. Fundamento Legal: Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, IN nº 05/2017 e Decreto nº 2.271/97. Vigência: 25/01/2019 a 24/01/2020. Valor total: R\$ 186.947,92. Nota de Empenho: 2019NE000020, de 21/01/2019. Data de assinatura: 25/01/2019.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2019

Nº Processo: 53532.000434/2018-03. Pregão nº 01/2019. Contratante: Gerência Regional da Anatel nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas - GR06. Contratado: Ônix Transporte de Cargas Eireli. CNPJ: 18.856.317/0001-90. Objeto: Serviço de transporte, através do fornecimento de veículos com motoristas em regime de dedicação exclusiva para a Unidade Operacional da Anatel no Estado da Paraíba - UO6.2. Fundamento Legal: Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, IN nº 05/2017 e Decreto nº 2.271/97. Vigência: 25/01/2019 a 24/01/2020. Valor total: R\$ 189.466,13. Nota de Empenho: 2019NE000022, de 21/01/2019. Data de assinatura: 25/01/2019.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 202/2018 - UASG 413004

Nº Processo: 53554000488201811.

PREGÃO SISPP Nº 9/2018. Contratante: AGENCIA NACIONAL DE -TELECOMUNICACOES. CNPJ Contratado: 18928339000118. Contratado: ENG HIVE INDUSTRIA E COMERCIO DE - MATERIAL ELÉTRICO E SE. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de aparelhos de ar condicionado, tipo split de diversas potências, incluindo desinstalação e instalação, para atender as necessidades da Unidade Operacional da Anatel no Estado de Santa Catarina - UO 031. Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10520/02, Decreto 2271/97 e IN SEGES/MPDG 5/2017. Vigência: 26/12/2018 a 28/06/2020. Valor Total: R\$70.159,80. Fonte: 178412310 - 2018NE800064. Fonte: 178412310 - 2018NE800065. Data de Assinatura: 26/12/2018.

(SICON - 25/01/2019) 413001-41231-2019NE800037

